ISSN: 2358-8829

ENTRE A VOZ DO ESTADO E DA COMUNIDADE: A EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA E A ATUAÇÃO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS

Ana Carla Eugenio da Silva[1]
Samora Caetano [2]

INTRODUÇÃO

A Educação Escolar Quilombola (EEQ) constitui-se como uma política pública fundamental para o fortalecimento da identidade cultural, da memória coletiva e da territorialidade das comunidades quilombolas. Historicamente invisibilizadas no sistema educacional brasileiro, essas comunidades enfrentam não apenas o apagamento de suas histórias e saberes, mas também obstáculos estruturais que comprometem o acesso e a permanência de crianças e jovens na escola (Teixeira; Lima; Silva, 2022; Rodrigues; Rocha, 2023).

A institucionalização da Educação Escolar Quilombola, regulamentada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais estabelecidas pela Resolução nº 8, de 20 de novembro de 2012, representa um marco na consolidação de uma proposta pedagógica que reconhece as especificidades étnico-raciais, culturais e territoriais dessas populações. Contudo, a existência de normativas legais não assegura, por si só, a efetivação dessa política nos territórios. Sua implementação depende, em grande medida, da atuação dos entes federativos, especialmente dos municípios, responsáveis pela oferta da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, bem como pela organização das políticas educacionais locais (Brasil, 2012).

Entretanto, conforme apontam estudos recentes sobre o campo (Moura; Soares; Soares, 2022), a produção acadêmica ainda se concentra majoritariamente na reivindicação da modalidade e na afirmação da identidade quilombola, indicando a necessidade de aprofundar análises que investiguem concretamente os processos de implementação da política nos territórios. De modo semelhante, análises sobre referenciais curriculares estaduais demonstram fragilidades na incorporação efetiva das especificidades culturais, sociais e territoriais das comunidades quilombolas nos sistemas de ensino (Custódio, 2021).

Nesse cenário, a implementação da Educação Escolar Quilombola revela-se um processo complexo, atravessado por tensões entre normativas legais, estruturas administrativas municipais e as demandas concretas das comunidades. Se, por um lado, as diretrizes nacionais

[1] Universidade Federal do Ceará, Fortaleza/CE, Brasil, anacarla.ace19@gmail.com
[2] Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza/CE, Brasil, caetanosamora03@gmail.com

ISSN: 2358-8829

preveem a construção de currículos contextualizados, participação comunitária e valorização dos saberes tradicionais, por outro, pesquisas evidenciam lacunas relacionadas à formação docente, à produção de materiais didáticos, ao financiamento e ao reconhecimento institucional da modalidade (Santos; Santos, 2023; Lopes et al, 2025).

Diante disso, torna-se relevante deslocar o olhar analítico da dimensão normativa para a dimensão operativa da política pública, investigando como os entes federativos, especialmente as Secretarias Municipais de Educação têm assumido (ou não) suas responsabilidades na efetivação da EEQ.

Assim, este estudo busca responder à seguinte questão: como se configura a atuação das Secretarias Municipais de Educação no processo de implementação da Educação Escolar Quilombola nos territórios dos quilombos Sítio Veiga, em Quixadá/CE, e Alto Alegre, em Horizonte/CE?

O objetivo do artigo é analisar o papel institucional do poder público municipal na operacionalização da EEQ, identificando estratégias adotadas, limites estruturais, desafios políticos e articulações estabelecidas com as comunidades.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa e descritiva, fundamentada em levantamento bibliográfico e na análise de dados empíricos oriundos de entrevistas com representantes institucionais e lideranças locais, interpretados à luz da técnica de Análise de Conteúdo (Bardin, 2016).

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa descritiva e de natureza qualitativa. Quanto aos objetivos, a pesquisa descritiva busca caracterizar uma população ou fenômeno, identificando suas particularidades e possíveis relações entre variáveis. Além de descrever, algumas dessas pesquisas podem explorar relações mais profundas entre os dados, oferecendo uma nova perspectiva sobre o problema estudado (Gil, 2017). Quanto à abordagem, segundo Flick (2009), a pesquisa qualitativa se revela importante quando é preciso obter uma compreensão mais profunda da diversidade dos diferentes aspectos da vida das pessoas.

Nesta pesquisa, foram coletados dados primários e secundários. Os dados secundários foram coletados por meio de uma pesquisa bibliográfica com autores e autoras que definem e conceituam quilombo e educação escolar quilombola, entre outros aspectos relacionados a essas temáticas. A pesquisa bibliográfica é realizada com base em registros de estudos anteriores, como livros, artigos e teses, utilizando dados ou categorias teóricas já exploradas e registradas por outros pesquisadores, transformando os textos em fontes para os temas investigados. O

ISSN: 2358-8829

pesquisador, então, trabalha a partir das contribuições dos autores desses estudos analíticos (Severino, 2017).

Os dados foram constituídos a partir de fontes primárias e secundárias. Os dados secundários derivaram de pesquisa bibliográfica sobre Educação Escolar Quilombola e políticas públicas educacionais. Os dados primários foram obtidos por meio de entrevistas não-diretivas, técnica que privilegia o discurso livre dos participantes, permitindo a emergência de percepções e representações espontâneas (Severino, 2017).

Participaram da pesquisa seis sujeitos, distribuídos em três grupos: membros das comunidades quilombolas, representantes das Secretarias Municipais de Educação e gestores escolares. Para este artigo, o recorte analítico concentra-se nas falas dos moradores das comunidades e dos representantes das Secretarias de Educação.

Para preservar a identidade dos entrevistados, foram utilizados códigos específicos. Cada entrevistado recebeu uma codificação, sendo "QSV" para o Quilombo Sítio Veiga e "QAA" para o Quilombo Alto Alegre, acompanhada pelo número da entrevista. No caso dos representantes da Secretaria de Educação vinculados aos Quilombos, a codificação inclui a letra SE de Secretária de Educação, seguida do respectivo quilombo. Dessa forma, a codificação dos sujeitos da pesquisa, está apresentada no Quadro 2, a seguir.

Quadro 1 - Códigos dos sujeitos da pesquisa

Código	Categoria
QSV1	Quilombola Sítio Veiga
QSV2	Quilombola Sítio Veiga
QAA1	Quilombola Alto Alegre
QAA2	Quilombola Alto Alegre
SEQV	Representante da Secretaria de Educação vinculada ao Quilombo Sítio Veiga
SEQA	Representante da Secretaria de Educação vinculada ao Quilombo Alto Alegre

Fonte: Elaborado pelos autores, com base nos dados da pesquisa (2026).

As entrevistas foram realizadas de forma online, por meio de plataformas digitais, no período de abril a outubro de 2022. Todas foram gravadas mediante autorização dos participantes, transcritas integralmente e organizadas conforme os grupos de análise.

O tratamento dos dados foi realizado por meio da Análise de Conteúdo, conforme proposta por Bardin (2016), desenvolvida em três etapas: (1) pré-análise, com leitura flutuante e organização do material; (2) exploração do material, com categorização temática das falas; e (3) tratamento dos resultados, inferência e interpretação, articulando os dados empíricos ao referencial teórico.

A pesquisa enfrentou diversos desafios, especialmente no que se refere à condução das entrevistas. Devido ao contexto pandêmico, todas as entrevistas foram realizadas online,

ISSN: 2358-8829

utilizando ferramentas de videoconferência. O intervalo entre a primeira e a última entrevista foi de aproximadamente seis meses, de abril a outubro de 2022. Durante esse período, foram enviados e-mails com solicitações formais de participação na pesquisa; quando não obtivemos retorno de alguns participantes, buscamos outros meios de contato, incluindo deslocamentos até a Secretaria de Educação de Quixadá, para obter respostas sobre as solicitações. Além disso, as últimas entrevistas ocorreram durante o período eleitoral, o que gerou receios entre os participantes em relação a questões relacionadas à gestão municipal. Apesar dessas dificuldades, conseguimos superá-las e apresentar os resultados, alcançando assim o objetivo inicialmente definido.

A EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica estabelecem que essa modalidade de ensino deve considerar uma pedagogia própria, respeitando as especificidades étnico-raciais e culturais de cada comunidade. Além disso, é necessário garantir a formação específica dos docentes e a elaboração de materiais didáticos adequados, em conformidade com os princípios constitucionais, a Base Nacional Comum Curricular e os fundamentos que orientam a Educação Básica no Brasil. A Educação Escolar Quilombola deve ser oferecida tanto nas escolas das comunidades quilombolas quanto naquelas que atendem alunos quilombolas fora de suas comunidades (Lopes, 2018).

A educação escolar quilombola no Brasil, em conformidade com a Resolução nº 8 de 20 de novembro de 2012, deve seguir diretrizes específicas para a educação básica. Essas diretrizes orientam que o ensino nas instituições quilombolas se baseie na memória coletiva, nas línguas, nas práticas culturais, nas tecnologias, nas formas de trabalho, nos repertórios orais e nas tradições que integram o patrimônio cultural e territorial dessas comunidades (Brasil, 2012).

A Educação Escolar Quilombola abrange todas as etapas e modalidades da Educação Básica, atendendo tanto às populações quilombolas rurais quanto urbanas e valorizando seus conhecimentos tradicionais. Deve ser oferecida em escolas localizadas nas comunidades ou nas proximidades, assegurando o reconhecimento e a continuidade cultural. Como política pública, a educação quilombola deve dialogar com outras políticas educacionais voltadas para povos do campo e indígenas, preservando suas especificidades (Brasil, 2012).

A educação é uma das principais ferramentas para que as comunidades quilombolas e o movimento quilombola possam se fortalecer em suas lutas, reivindicações e identidades. É

ISSN: 2358-8829

importante ressaltar que a reivindicação das Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQs) por uma política educacional em seus territórios está intimamente ligada às suas lutas por direitos à terra, saúde, justiça e acesso à energia elétrica (Rodrigues; Rocha, 2023). Para algumas lideranças quilombolas, a educação é vista como uma ferramenta essencial que, quando bem aplicada, pode contribuir significativamente para o fortalecimento de suas lutas históricas.

De acordo com dados da Fundação Cultural Palmares, em 2016, havia 2.847 Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQs) no Brasil e 2.248 instituições de ensino localizadas nessas comunidades. Assim, aproximadamente 79% dos territórios quilombolas possuem escolas. No entanto, a presença dessas instituições não garante que a Educação Escolar Quilombola siga as Diretrizes Curriculares ou que as escolas disponham de infraestrutura adequada (Campos; Gallinari, 2017).

As escolas mencionadas nem sempre refletem o que se entende por educação escolar quilombola, e, na sua grande maioria, apresentam uma estrutura física precária, o que, consequentemente, influencia o processo de ensino-aprendizagem. A precariedade das escolas quilombolas pode impactar negativamente a qualidade da educação. A falta de boas condições e de espaços adequados pode levar os educandos a desenvolverem uma visão negativa da escola, comprometendo, assim, o processo de ensino-aprendizagem oferecido (Campos; Gallinari, 2017).

A VOZ DO ESTADO E DA COMUNIDADE: ENTRE DISTANCIAMENTOS E APROXIMAÇÕES

Nesta seção, analisam-se as falas dos moradores dos quilombos Sítio Veiga e Alto Alegre e dos representantes das Secretarias Municipais de Educação, buscando identificar como se configuram as influências da gestão municipal, os níveis de diálogo estabelecidos e o grau de institucionalização da pauta quilombola em cada contexto. A partir dessas vozes, emergem contrastes que revelam diferentes formas de aproximação ou distanciamento entre Estado e comunidade no processo de efetivação da Educação Escolar Quilombola.

Influência da gestão municipal na implementação da Educação Escolar Quilombola

A análise das falas dos moradores evidencia que a influência da gestão municipal no processo de implantação da Educação Escolar Quilombola apresenta configurações distintas entre os dois territórios investigados.

ISSN: 2358-8829

No quilombo Sítio Veiga, as falas revelam percepção de distanciamento institucional. QSV1 (2022) afirma: “Não temos nenhuma, não temos, eles só vêm aqui quando é em época de eleição, quando é no mês da consciência negra, só para apresentar às nossas custas.” A fala sugere que a presença do poder público ocorre de forma episódica e vinculada a interesses político-eleitorais ou a datas simbólicas, o que indica fragilidade na institucionalização da política educacional no território.

Essa percepção de distanciamento institucional não é um fenômeno isolado. Estudos sobre a implementação da Educação Escolar Quilombola apontam que, em muitos territórios, as políticas públicas voltadas às comunidades quilombolas ainda se apresentam de forma fragmentada ou episódica, o que compromete sua efetiva consolidação. Nesses contextos, a ausência de políticas educacionais estruturadas e de acompanhamento contínuo por parte do poder público contribui para a manutenção de desigualdades históricas e para a invisibilização das demandas educacionais dessas comunidades (Moura; Soares; Soares, 2022).

QSV2 (2022) reforça essa percepção ao destacar que a implementação deveria ser compreendida como política estruturante e não como ação eventual: “seria de grande relevância nossos governantes municipais […] visassem essa implementação como algo muito importante porque são questões culturais, são questões históricas que estão enraizadas no nosso quilombo […] e que muitas vezes não são levadas a sério.” O depoimento evidencia que, para a comunidade, a Educação Escolar Quilombola não se limita à oferta formal da escola, mas envolve reconhecimento cultural, investimento estrutural e compromisso político.

A centralidade desses elementos encontra respaldo nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, estabelecidas pela Resolução CNE/CEB nº 8/2012, que orienta que as práticas pedagógicas e curriculares considerem os contextos históricos, culturais e territoriais das comunidades quilombolas. Nesse sentido, a implementação dessa modalidade educativa demanda não apenas a oferta escolar, mas também o reconhecimento das especificidades socioculturais dessas comunidades e sua incorporação nas políticas educacionais locais (Brasil, 2012).

Estudos sobre a educação em comunidades quilombolas também apontam que muitas dificuldades na implementação dessa política estão relacionadas à fragilidade das ações institucionais e à ausência de políticas educacionais estruturadas voltadas especificamente para esses territórios. Em diversos contextos, as ações do poder público acabam ocorrendo de forma pontual ou simbólica, sem que haja um processo contínuo de planejamento e acompanhamento das demandas educacionais das comunidades quilombolas (Farias; Farias, 2025).

ISSN: 2358-8829

Em contraste, no quilombo Alto Alegre, observa-se percepção de maior aproximação institucional. QAA1 (2022) afirma que, nos últimos anos, a gestão passou a abrir espaços de diálogo e participação, mencionando inclusive a presença de representantes quilombolas ocupando cargos na escola e na Secretaria de Educação. Segundo ela, "hoje a gente vê que está se abrindo caminhos […] fazer documentos, fazer reuniões, criar muitos objetivos específicos para que a gente possa estar futuramente cada vez mais avançando nessa questão." A fala aponta para um processo gradual de institucionalização, marcado pela construção de instrumentos formais e ampliação do diálogo.

Esse movimento de aproximação institucional e ampliação do diálogo entre gestão pública e comunidades quilombolas é apontado na literatura como elemento fundamental para a consolidação da Educação Escolar Quilombola. Estudos destacam que a institucionalização dessa modalidade educacional ocorre de maneira gradual, por meio da criação de espaços de participação, da elaboração de documentos orientadores e da inserção de representantes das próprias comunidades nos processos de decisão educacional. Esses mecanismos contribuem para fortalecer o reconhecimento das especificidades socioculturais dos territórios quilombolas e para promover uma gestão educacional mais participativa e sensível às demandas dessas populações (Moura; Soares; Soares, 2022; Lopes et al., 2025).

As falas revelam que a influência da gestão municipal na implementação da Educação Escolar Quilombola assume configurações distintas nos territórios analisados. Enquanto no quilombo Sítio Veiga predomina a percepção de distanciamento institucional e de presença pontual do poder público, em Alto Alegre observa-se maior aproximação entre comunidade e gestão municipal, marcada pela ampliação do diálogo e pela participação de representantes quilombolas em espaços institucionais. Essa diferença sugere que o nível de interlocução entre gestão pública e comunidade constitui um fator relevante para o avanço da institucionalização da Educação Escolar Quilombola, uma vez que a literatura aponta que políticas educacionais voltadas a esses territórios tendem a se fortalecer quando há participação comunitária e reconhecimento das especificidades socioculturais das comunidades (Moura; Soares; Soares, 2022; Santos; Santos, 2023).

Relação entre gestão municipal e comunidade

A relação entre gestão municipal e comunidade também se apresenta de maneira contrastante.

No Sítio Veiga, embora QSV1 (2022) reconheça uma aproximação recente "agora nós estamos mais próximos", essa aproximação é associada a vínculos pessoais e não a uma política

ISSN: 2358-8829

estruturada. QSV2 (2022) , por sua vez, descreve a relação como oportunista: “eu vejo como algo muito oportuno […] sempre procuram a comunidade como lhes convém […] é algo muito seletivo dessa integração.” A narrativa indica percepção de instrumentalização cultural da comunidade, sobretudo em contextos de visibilidade pública.

A literatura também aponta que as relações entre comunidades quilombolas e o poder público frequentemente são marcadas por assimetrias de poder e por processos de reconhecimento seletivo das demandas dessas populações. Nesse sentido, Custódio (2021) destaca que a presença institucional em territórios quilombolas muitas vezes ocorre de forma circunstancial, especialmente em momentos de maior visibilidade política ou social, o que pode gerar a percepção, por parte das comunidades, de que suas pautas são mobilizadas de maneira estratégica, e não necessariamente como resultado de políticas públicas permanentes.

Já em Alto Alegre, a relação é descrita como dialógica. QAA1 (2022) afirma: “É uma relação hoje boa, assim de diálogo […] hoje a gente consegue ter essa questão de conversar e tem uma escuta.” Ela destaca ainda o esforço da gestão em compreender as especificidades quilombolas e a adesão do município ao SINAPIR, o que, segundo sua interpretação, implica compromisso com as pautas étnico-raciais. QAA2 (2022) reforça essa percepção ao afirmar: “Muito boa, ela sempre deu apoio.”

Segundo o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, o SINAPIR é “Um sistema que permite a articulação do Governo Federal com estados e municípios para implementação de políticas e serviços destinados a superar as desigualdades étnicas no país.” (Brasil, 2021).

A diferença entre os territórios evidencia níveis distintos de consolidação da política pública: enquanto em um a relação se mostra frágil e episódica, no outro se observa maior integração entre gestão e comunidade. Nesse sentido, diferentes estudos destacam que a efetivação dessas políticas depende do estabelecimento de canais permanentes de diálogo entre a gestão pública e os sujeitos do território, de modo que as ações educacionais sejam construídas de forma participativa e sensível às realidades locais (Santos; Santos, 2023).

A participação das lideranças comunitárias, das famílias e das organizações sociais nos processos decisórios contribui para que as políticas educacionais respondam às especificidades socioculturais dessas comunidades e fortaleçam o reconhecimento de suas identidades históricas e culturais. Por outro lado, a ausência de interlocução entre poder público e comunidade tende a fragilizar os processos de implementação dessas políticas, limitando a construção de uma educação que valorize os saberes, práticas e experiências das populações quilombolas (Moura; Soares; Soares, 2022).

ISSN: 2358-8829

Discussão sobre Educação Escolar Quilombola nas comunidades

Quando questionados sobre a existência de discussões formais acerca da Educação Escolar Quilombola, os moradores do Sítio Veiga relatam ausência de debate coletivo. QSV1 (2022) afirma: “Que eu me lembre, esse assunto nunca foi abordado aqui no quilombo não.” QSV2 (2022) complementa que houve conversa isolada com liderança, mas sem divulgação para a comunidade, caracterizando um processo restrito e não participativo.

A ausência de espaços coletivos de discussão sobre a Educação Escolar Quilombola pode comprometer a efetivação dessa política educacional no território. Conforme destacam Lopes et al. (2025), a consolidação dessa modalidade de ensino exige processos participativos que envolvam não apenas as instituições escolares, mas também as comunidades quilombolas, suas lideranças e organizações locais, de modo a garantir que as práticas educativas dialoguem com os saberes e as experiências históricas desses grupos sociais.

Por outro lado, em Alto Alegre, os relatos indicam que a discussão ocorre tanto no interior da comunidade quanto no âmbito municipal. QAA1 (2022) afirma: “Sim, ela levanta, ela traz tanto para cá para dentro da comunidade, como para fora como para o município.” QAA2 (2022) acrescenta que desde 2008 ou 2010 já havia iniciativas de formação docente e inserção da temática quilombola nas escolas do município.

Essas falas indicam que, enquanto em Alto Alegre há trajetória histórica de inserção da pauta quilombola na agenda educacional municipal, no Sítio Veiga o processo se mostra incipiente e pouco institucionalizado.

A presença de espaços de debate e mobilização em torno da Educação Escolar Quilombola representa um fator importante para o fortalecimento dessa política educacional. Pesquisas sobre o tema apontam que a valorização das identidades quilombolas no ambiente escolar depende da construção de processos educativos que dialoguem com os saberes e experiências das comunidades. Dessa forma, a existência de discussões coletivas e de iniciativas formativas voltadas à temática quilombola contribui para a consolidação de práticas pedagógicas mais contextualizadas e socialmente referenciadas (Farias; Farias, 2025).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo analisar o papel institucional das Secretarias Municipais de Educação no processo de implementação da Educação Escolar Quilombola nos territórios dos quilombos Sítio Veiga, em Quixadá/CE, e Alto Alegre, em Horizonte/CE, buscando compreender como se configuram as relações entre poder público e comunidade na efetivação dessa política educacional. A partir da análise das falas de moradores das comunidades e de

ISSN: 2358-8829

representantes institucionais, foi possível identificar diferentes níveis de aproximação entre gestão municipal e territórios quilombolas, evidenciando que a implementação da EEQ não ocorre de forma homogênea, sendo fortemente condicionada às dinâmicas locais de gestão, diálogo e participação comunitária.

Os resultados indicam que, no quilombo Sítio Veiga, predomina a percepção de distanciamento institucional, marcada por uma presença episódica do poder público e pela ausência de espaços sistemáticos de diálogo e discussão sobre a Educação Escolar Quilombola. Nesse contexto, as ações relacionadas à pauta quilombola são percebidas como pontuais ou circunstanciais, o que fragiliza a institucionalização da política educacional no território. Em contraste, no quilombo Alto Alegre, observa-se um movimento mais consistente de aproximação entre comunidade e gestão municipal, evidenciado pela abertura de canais de diálogo, pela participação de representantes quilombolas em espaços institucionais e pela inserção da temática quilombola em processos formativos e discussões educacionais no município.

Essas diferenças evidenciam que a efetivação da Educação Escolar Quilombola depende não apenas da existência de diretrizes normativas, mas também da construção de mecanismos institucionais de participação e diálogo entre poder público e comunidades. Conforme apontam estudos sobre o tema, políticas educacionais voltadas a territórios quilombolas tendem a se consolidar quando incorporam as demandas socioculturais dessas populações e quando reconhecem as comunidades como sujeitos ativos na construção das políticas educacionais.

Dessa forma, os resultados deste estudo reforçam a importância de fortalecer processos participativos na gestão educacional, ampliar espaços de interlocução entre as Secretarias Municipais de Educação e as comunidades quilombolas e investir na institucionalização de políticas educacionais que reconheçam os saberes, as memórias e as territorialidades desses grupos sociais. Mais do que garantir o acesso à escola, a Educação Escolar Quilombola demanda o reconhecimento das especificidades culturais e históricas dessas comunidades como elemento central na organização das práticas pedagógicas e das políticas educacionais.

Por fim, destaca-se que esta pesquisa se concentrou na análise de dois territórios quilombolas específicos, o que indica a necessidade de ampliação de estudos que investiguem os processos de implementação da Educação Escolar Quilombola em outros contextos municipais e regionais. Investigações futuras podem aprofundar a análise das práticas pedagógicas desenvolvidas nas escolas quilombolas, da formação docente voltada à temática e dos mecanismos institucionais que contribuem para o fortalecimento dessa política educacional no âmbito local.

ISSN: 2358-8829

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Fundação Cultural Palmares**. Disponível em: <https://www.gov.br/palmares/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/copy_of_estrutura-organizacional>. Acesso em: 14 jan. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.** Brasília: MEC, 2004.

BRASIL. **SINAPIR:** saiba o que é, como aderir e quais os benefícios para estados e municípios. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/abril/sinapir-saiba-o-que-e-como-aderir-e-quais-os-beneficios-para-estados-e-municipios>. Acesso em: 2 jan. 2023.

BRASIL. **Resolução n° 8, de 20 de novembro de 2012.** Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Disponível em: <http://etnicoracial.mec.gov.br/educacao-escolar-quilombola>. Acesso em: 10 out. 2018.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

CAMPOS, Margarida Cássia; GALLINARI, Tainara Sussai. A educação escolar quilombola e as escolas quilombolas no Brasil. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 20, n. 35, p. 145-163, 2017.

CEARÁ. **Documento Curricular Referencial do Ceará:** versão lançamento virtual (provisória). Fortaleza: SEDUC, 2019. Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/37/2019/07/DCR-Vers%C3%A3o-Provisoria-de-Lan%C3%A7amento.pdf>. Acesso em: 3 jan. 2023.

CONAQ. **Quilombo? Quem somos nós!** Disponível em: <http://conaq.org.br/quem-somos/>. Acesso em: 2 abr. 2022.

CUSTÓDIO, Elivaldo Serrão. Um olhar sobre propostas de Educação Escolar Quilombola no Brasil a partir de referenciais curriculares estaduais. **Revista e-Curriculum**, v. 19, n. 4, p. 1722-1747, 2021.

FARIAS, Francisco Alex de Oliveira; FARIAS, João Paulo de Oliveira. O direito à educação em quilombos no Ceará: perspectivas e desafios na Escola Quilombola Luzia Maria da Conceição. Revista Em Favor de Igualdade Racial, Rio Branco, v. 8, n. 2, p. 68-82, 2025. DOI: https://doi.org/10.29327/269579.8.2-6

FERREIRA, Antonio Jeovane da Silva. **Identidade quilombola e territorialidade na comunidade de Alto Alegre/CE: uma reflexão etnográfica sobre os processos de reconhecimento identitário e territorial na década de 2005-2015**. 2017. Monografia

(Graduação em Humanidades) – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2017.

FLICK, Uwe. **Qualidade na pesquisa qualitativa:** coleção pesquisa qualitativa. Bookman editora, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LOPES, M. A. **Educação para relações étnico-raciais**. Disponível em: <http://etnicoracial.mec.gov.br/educacao-escolar-quilombola>. Acesso em: 15 out. 2018.

LOPES, Edinéia Tavares et al. EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA EM SERGIPE: ENTRELAÇANDO DIÁLOGOS COM AS COMUNIDADES E DADOS DO CENSO ESCOLAR. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 19, n. 47, p. 235-264, 2025.

MOURA, Camila Batista Gama; SOARES, David Gonçalves; SOARES, Antonio Jorge Gonçalves. Educação escolar quilombola em debate. Cadernos de Pesquisa , v. 52, p. e09773, 2022.

RODRIGUES, Rosilandia de Souza; ROCHA, Genylton Odilon Rego da. O currículo da educação escolar quilombola. **Revista de Gestão e Secretariado**, São Paulo, v. 14, n. 8, p. 13045-13060, 2023.

SANTOS, Silvia Géssica da Conceição dos; SANTOS, Mônica Regina Nascimento dos. Educação escolar quilombola: desafiando o ensino regular. **Revista Em Favor de Igualdade Racial**, v. 6, n. 1, p. 121-135, 2023. DOI: https://doi.org/10.29327/269579.6.1-12.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** Cortez editora, 2017.

SILVA, Ana Maria Eugenio da. **As quilombolas do Sítio Veiga e a dança de São Gonçalo em Quixadá-CE.** 2021. Dissertação (Mestrado em Humanidades) – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2021.

TEIXEIRA, Cristina Simone de Sena; LIMA, Conceição Maria Dias de; SILVA, Cristiano Cezar Gomes da. Educação escolar quilombola: percursos e desdobramentos dessa ação afirmativa. **Retratos da Escola,** Brasília, v. 16, n. 36, p. 789-808, 2022.